

O auxílio estrangeiro ajuda ou prejudica os pobres?

Em um mundo marcado por guerras, fome, desigualdade e crises ambientais, a ajuda internacional é frequentemente apresentada como uma expressão de solidariedade moral. Fundos humanitários, programas sociais, empréstimos internacionais e iniciativas ambientais supostamente são concebidos para aliviar o sofrimento humano e promover o desenvolvimento. No entanto, por trás dessa narrativa aparentemente altruísta, existe uma questão mais incômoda: e se parte da ajuda externa não estiver realmente comprometida em eliminar a pobreza, mas sim em administrá-la de forma estável e controlada?

Em *Os Que Se Afastam de Omelas*, de Ursula K. Le Guin, uma sociedade próspera e utópica depende inteiramente do sofrimento permanente de uma única criança mantida em condições miseráveis sob uma das casas da vila. A prosperidade coletiva existe apenas porque alguém permanece preso à dor e à exclusão. A história é perturbadora justamente porque sugere que sistemas aparentemente civilizados podem depender estruturalmente da miséria invisível de outras pessoas. A relação entre países ricos e pobres levanta um dilema semelhante: até que ponto a prosperidade das grandes economias depende da manutenção da dependência econômica das regiões periféricas? Será que a ajuda externa pode, na verdade, ser um mecanismo disfarçado de perpetuação da pobreza?

É importante reconhecer que a ajuda externa salva vidas. Campanhas internacionais de vacinação, programas de combate à fome, distribuição de medicamentos e respostas humanitárias a desastres tiveram impactos reais sobre milhões de pessoas, em grande parte coordenados por organizações multilaterais que destinam recursos escassos a diferentes formas de assistência. Ignorar isso seria intelectualmente desonesto. Contudo, a questão essencial não é se a ajuda pode ser útil em emergências, mas se ela cria as condições para a autonomia econômica, tecnológica e institucional das nações pobres.

A resposta parece ser negativa. Grande parte da relação entre países ricos e pobres ainda segue uma lógica historicamente extrativista. Muitas nações do Sul Global permanecem dependentes da exportação de matérias-primas — minerais, petróleo, madeira e produtos agrícolas — enquanto importam bens industrializados e tecnologia de alto valor agregado. Nesse modelo, os países pobres fornecem recursos baratos e mão de obra barata, mas raramente recebem as ferramentas necessárias para escapar de sua posição periférica na economia mundial.

Um exemplo particularmente preocupante dessa dinâmica é o mercado ilegal de ouro. Grande parte do ouro extraído ilegalmente em regiões da Amazônia acaba entrando em cadeias globais de suprimento que alimentam indústrias de tecnologia, mercados de joias e reservas financeiras internacionais. Enquanto

mercados estrangeiros lucram economicamente com esse recurso, as populações locais frequentemente permanecem presas a condições precárias de trabalho, violência, contaminação por mercúrio e destruição ambiental. Assim, forma-se um ciclo vicioso no qual regiões pobres suportam os custos sociais e ecológicos da extração, enquanto o valor agregado e os benefícios econômicos concentram-se nos principais centros financeiros e industriais do mundo.

O funcionamento do sistema produtivo global ajuda a explicar essa dinâmica. A economia mundial sempre dependeu do consumo intensivo de recursos naturais, e a continuidade dos modelos de produção depende diretamente da disponibilidade desses recursos. Água, minerais estratégicos, biodiversidade e energia tornaram-se ativos centrais para a sobrevivência de grandes corporações e economias industrializadas. Nesse contexto, regiões ricas em recursos naturais adquiriram importância estratégica no mercado internacional.

Isso ajuda a explicar por que países como o Brasil, especialmente a Amazônia, tornaram-se alvos crescentes de discursos ambientais e investimentos relacionados à sustentabilidade. Em um cenário de escassez futura, preservar determinadas regiões pode significar não apenas proteger o planeta, mas também garantir o controle sobre recursos essenciais para a manutenção do sistema econômico global. Portanto, parte do interesse internacional pela sustentabilidade pode estar menos relacionada à superação das desigualdades sociais e mais ligada à garantia da estabilidade econômica de longo prazo e da continuidade produtiva.

Enquanto populações ribeirinhas permanecem presas à pobreza, à violência e à exploração, o sistema global continua lucrando economicamente com a extração de recursos. Posteriormente, algumas das mesmas economias que se beneficiam dessas cadeias produtivas financiam projetos ambientais e ajuda humanitária destinados a minimizar os danos produzidos pelo próprio modelo econômico do qual lucram. Nesse sentido, a ajuda pode funcionar não apenas como solidariedade, mas também como um mecanismo de administração das instabilidades geradas pela ordem econômica global.

A economista Dambisa Moyo argumenta que décadas de ajuda contínua à África fracassaram em gerar desenvolvimento sustentável justamente porque criaram dependência econômica e reduziram os incentivos para transformações estruturais. Quando governos se tornam constantemente dependentes de assistência externa, a pobreza deixa de ser um problema a ser definitivamente resolvido e passa a ser uma condição administrada. Em vez de desenvolver capacidade produtiva, inovação tecnológica e autonomia industrial, muitos países permanecem presos a ciclos de exportações primárias e assistência internacional. A ajuda financeira pode ser essencial para evitar a fome extrema e o colapso social, mas, quando não é acompanhada de educação, inovação, infraestrutura e criação

de empregos qualificados, frequentemente apenas torna a pobreza menos insuportável, sem eliminá-la. Existe uma profunda diferença entre aliviar o sofrimento imediato e construir uma emancipação econômica duradoura.

Se o século XX foi marcado por disputas por recursos físicos e minerais, o século XXI está desenhando uma nova fronteira de subordinação econômica sob a bandeira da infraestrutura digital. Tamara Kneese desenvolve uma crítica importante à narrativa de que a expansão da infraestrutura digital, especialmente centros de dados e inteligência artificial, representa automaticamente progresso econômico sustentável e prosperidade coletiva. Em seu artigo *Data Centers Aren't the Future of American Prosperity*, ela questiona a ideia de que grandes investimentos em infraestrutura tecnológica geram benefícios sociais proporcionais aos seus custos ambientais e econômicos.

A economia digital é frequentemente apresentada como “limpa”, moderna e imaterial, quando, na realidade, depende de enormes estruturas físicas altamente intensivas em energia, água e recursos naturais. Os centros de dados consomem quantidades massivas de eletricidade para alimentar servidores e sistemas de resfriamento, além de exigirem grandes volumes de água para manter suas operações. Apesar disso, o discurso tecnológico frequentemente oculta os impactos ambientais associados a essa infraestrutura, criando a ilusão de uma economia digital desvinculada das limitações materiais do planeta.

Kneese destaca que os benefícios econômicos gerados por esses empreendimentos frequentemente se concentram em grandes corporações de tecnologia e centros financeiros, enquanto os impactos ambientais e territoriais recaem sobre comunidades locais. Muitas regiões recebem centros de dados sob promessas de desenvolvimento, modernização e geração de empregos, mas acabam obtendo poucos benefícios estruturais duradouros. Os empregos criados tendem a ser limitados e altamente especializados, frequentemente ocupados por profissionais vindos de grandes polos tecnológicos, enquanto as populações locais permanecem restritas a funções periféricas e operacionais.

A expansão global da inteligência artificial pode representar uma nova forma de dependência econômica e tecnológica, na qual países pobres arcam com os custos ambientais da infraestrutura necessária para sustentar a economia digital global sem participar proporcionalmente dos lucros, da produção intelectual ou da soberania tecnológica. Assim como ocorreu historicamente com a extração de petróleo, minerais e commodities agrícolas, existe o risco de que a economia da IA reproduza antigas estruturas centro-periferia sob uma aparência futurista e inovadora.

Essa contradição torna-se evidente ao observar o crescimento das agendas ESG (ambiental, social e governança). Muitas empresas e fundos financeiros

associaram suas marcas à sustentabilidade e à responsabilidade social. No entanto, essas práticas frequentemente não representam uma transformação estrutural do modelo econômico, mas sim uma adaptação estratégica às novas demandas do mercado. Preservar recursos naturais também se tornou uma forma de preservar a própria continuidade dos negócios.

Empresas investem em campanhas publicitárias verdes enquanto continuam dependentes de modelos de extração intensivos em recursos. Como resultado, surge uma espécie de sustentabilidade seletiva: aquilo que é economicamente estratégico é preservado, enquanto as desigualdades estruturais permanecem praticamente intocadas. A preocupação ambiental é legítima, mas frequentemente está subordinada à lógica da maximização dos lucros e da proteção de ativos escassos.

A literatura brasileira oferece exemplos ricos para ilustrar essa realidade. Em *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, Fabiano e sua família estão presos em um ciclo interminável de seca, fome e deslocamento. A pobreza aparece não como um acidente temporário, mas como uma estrutura permanente que impede qualquer possibilidade de autonomia. Os personagens sobrevivem, mas não conseguem realmente escapar da miséria porque lhes faltam justamente os instrumentos necessários para transformar sua realidade: educação, oportunidades e poder econômico.

O romance é particularmente relevante porque demonstra que a pobreza estrutural não significa apenas falta de dinheiro. Ela envolve exclusão política, vulnerabilidade econômica e incapacidade de controlar o próprio destino. Da mesma forma, muitas formas contemporâneas de ajuda internacional aliviam os sintomas da pobreza sem alterar as estruturas globais que continuamente a reproduzem.

A música popular também retratou essa realidade de dominação. Na canção *A Novidade*, composta por Gilberto Gil e Herbert Vianna, uma sereia chega à praia e imediatamente desperta fascínio, desejo e exploração. A letra retrata uma sociedade profundamente desigual na qual “os ricos prometem o paraíso” enquanto “os pobres se afogam na promessa”. A sereia funciona como metáfora dos recursos naturais e humanos explorados por grandes estruturas econômicas globais: riquezas que poderiam libertar comunidades inteiras acabam apropriadas por mecanismos de poder concentrado.

Do ponto de vista filosófico, o pensamento de John Rawls é essencial para sustentar essa visão. Em *The Law of Peoples*, Rawls reconhece a existência de um dever de assistência das sociedades ricas para com as vulneráveis. Contudo, esse dever não deveria ter como objetivo manter fluxos permanentes de dependência econômica, mas criar condições para que povos desfavorecidos desenvolvam instituições justas, autonomia política e capacidade produtiva.

A legitimidade moral da ajuda externa depende diretamente de sua finalidade. Uma assistência que apenas reduz temporariamente o sofrimento sem promover independência estrutural corre o risco de contradizer o próprio ideal rawlsiano de justiça entre os povos. Afinal, se determinadas regiões permanecem durante décadas dependentes da exportação de matérias-primas, da importação de tecnologia e da assistência financeira internacional, torna-se difícil afirmar que a ordem global esteja realmente promovendo igualdade de oportunidades entre as nações.

O “véu da ignorância” de Rawls era um experimento mental segundo o qual uma sociedade justa deveria ser organizada sem que os indivíduos soubessem antecipadamente qual posição ocupariam nela. Ninguém saberia se nasceria rico ou pobre, saudável ou doente, cidadão de um país desenvolvido ou periférico. Sob essa incerteza, os indivíduos tenderiam a criar regras mais justas e equilibradas, já que eles próprios poderiam acabar em posições vulneráveis. Nesse sentido, a justiça internacional exigiria não apenas caridade ou ajuda paliativa, mas uma transformação estrutural das condições que perpetuam a dependência e a vulnerabilidade econômica.

Na canção Geração Coca-Cola, Renato Russo retrata uma geração moldada por estruturas externas de poder, consumo e dominação cultural, mas que gradualmente toma consciência de sua própria condição. A letra afirma: “quando nascemos fomos programados a receber o que vocês nos empurraram com os enlatados dos U.S.A.”, revelando as dimensões econômicas e políticas da dependência. A metáfora dos “enlatados” representa não apenas produtos, mas também modelos de desenvolvimento, padrões de consumo e relações internacionais construídas sobre profundas assimetrias de poder.

A própria música, contudo, aponta para a possibilidade de romper esse ciclo. Ao declarar que “somos os filhos da revolução” e que “vamos cuspir de volta o lixo em cima de vocês”, a canção expressa um movimento de consciência crítica e resistência contra estruturas históricas de dependência e subordinação. Da mesma forma, uma ajuda internacional verdadeiramente justa não deveria produzir submissão permanente, mas criar condições para a emancipação.

Assim, a questão central não é simplesmente se a ajuda externa ajuda ou prejudica os pobres. A verdadeira pergunta é se ela contribui para libertá-los da dependência ou apenas torna essa dependência mais administrável e politicamente aceitável. Enquanto a pobreza continuar sendo tratada apenas como um problema a ser mitigado, e não como uma estrutura a ser transformada, o mundo continuará se parecendo mais com Omelas do que com uma ordem internacional genuinamente justa.

